



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transportes

UNIDADE: Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação que não versa sobre acesso a dados, documentos ou informações custodiados pelo Estado. Inadequação do sistema SIC.SP. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 085/2018

1. Tratam os presentes autos de consulta ao Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP, de número SIC em epígrafe, sobre ser admissível que o Aeroporto Leite Lopes opere em determinadas condições em razão de obrigações não cumpridas.
2. A ausência de quaisquer respostas ensejou o apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a sanar a supressão de instância, o ente ficou-se silente.
4. A análise do caso concreto deixa claro não se tratar de pedido de acesso a qualquer dado, documento ou informação pública, disponível e custodiada pelo Estado, encontrando-se fora do escopo da Lei de Acesso à Informação.
5. Conforme entendimento já consolidado desta Ouvidoria Geral do Estado e também da Controladoria Geral da União, “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL. Recorrente: A.L.S.S).
6. Nada impede, sendo mesmo salutar, que o ente público esclareça dúvidas sempre que possível. Inevitável, contudo, a conclusão de não haver respaldo na legislação vigente para consulta por meio do Serviço de Informações ao Cidadão, com base na Lei Federal.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Diante do exposto, **conheço do recurso e**, no mérito, **descabido o provimento**, com fundamento nos artigos 4º, I e II, e 10 da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 13 de março de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKI